

# **A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ABANDONO AFETIVO E INTERPRETAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cristiane Moura S. Zillig

Curso de Pós-graduação em Direito Civil para EAD

## **RESUMO**

O presente artigo pretende, a partir da análise das transformações fáticas ocorridas na sociedade e no Direito de Família, averiguar a viabilidade da indenização diante do abandono afetivo parental, onde há a possibilidade do filho buscar a via judicial o reconhecimento de um ato ilícito para obter a reparação pelo dano moral e psíquico causado pela ausência amorosa parental durante o seu desenvolvimento. Bem como apresentar o questionamento acerca da efetividade da indenização pelo abandono em questão para a vítima, bem como majorar qual é o valor do amor. Além de demonstrar ao longo do artigo, como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem admitindo a condenação por danos imateriais no direito de família. Antes, porém enfrentando a necessária discussão quanto ao ato ilícito, da prova do dano e do nexo de causalidade, e o dever de reparação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abandono Afetivo; Indenização; Valor do Amor; Família.

## **ABSTRACT**

Based on the analysis of the factual transformations in society and the Family Law, this article aims to investigate the feasibility of compensation in the face of parental affective abandonment, where it is possible for the child to seek judicial recognition of an unlawful act to obtain The reparation for the moral and psychological damage caused by the parental love absence during its development. As well as presenting the questioning about the effectiveness of the indemnity for the abandonment in question for the victim, as well as increasing what is the value of love. In addition to demonstrating throughout the article, how the jurisprudence of the Superior Court of Justice has been admitting the conviction for immaterial damages in family law. Before, however, facing the necessary discussion regarding the unlawful act, the proof of the damage and the causal link, and the duty to repair.

**KEYWORDS** Affective Abandonment. Indemnification. Value of Love. Family.

## INTRODUÇÃO

Pontes de Miranda, ao ensinar sobre direito de família, afirma que o seu objeto é a exposição de princípios jurídicos que regem as relações familiares, seja a influencia desses relações sobre as pessoas, seja sobre os seus bens.<sup>1</sup>

A finalidade da legislação em matéria de direito de família é a de regular e proteger a vida dos casais, assegurar a procriação dentro dos limites da lei, fixar o parentesco jurídico.

A formação do núcleo familiar, bem como todas as suas vertentes, o dever de cuidar, educação, sustento, afeto, são aspectos fundamentais na formação da personalidade do homem. Destarte, quando alguns dos elementos nessa estrutura acontece de forma errônea ou incompleta, obviamente acarretará danos, sejam de natureza psíquica, moral, social ou até física. É o que pode vir a acontecer com uma pessoa que se desenvolve sem o explícito afeto de seus genitores, muitas vezes provocando traumas ou psicoses irreparáveis.

Diante disso, além da possibilidade de ingressar na Justiça com um processo por danos morais seja por ofensa à sua honra, intimidade, imagem ou privacidade, começam a surgir os casos em que a responsabilização civil é decorrente do abandono afetivo, um conceito novo atribuído à ausência de afeto entre pais e filhos, em que estes buscam por intermédio da demanda judicial a reparação desta lacuna existente em sua vida. E dessa forma nos deparamos com os paradigmas do valor do sentimento, do possível dever existente entre pais e filhos de transmitir amor e afeto reciprocamente, bem como da reparação pecuniária pela ausência desse ato.

Com base no que foi exposto, questiona-se: É possível estabelecer um

---

<sup>1</sup> PONTES DE MIRANDA; Francisco Cavalcante. *Tratado de Direito de família*, v.1, Direito matrimonial. ALVES, Vilson Rodrigues (Atual). Campinas: Bookseller, 2013, p.75.

valor de natureza pecuniária para suprir determinadas ausências afetivas dos familiares? A falta de amor gera indenização? Se sim, de que maneira poderíamos calcular o calor desse amor parental insuficiente? Como o Superior Tribunal de Justiça vem julgando e tratando demandas semelhantes. Essas questões, bem como outras que se fizerem necessárias, serão abordadas ao longo deste artigo.

## **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A RESPONSABILIDADE CIVIL**

Como o estudo em questão trata da possibilidade de indenização nos casos que digam respeito ao direito de família, especialmente, nos casos de abandono afetivo parental, importante, então e de início, estudarmos o conceito do instituto da responsabilidade civil, relacionando-o com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente para, em seguida, avançarmos sobre o tema proposto e sobre a sua aplicação no campo das relações de família.

A indenização por danos morais também tem previsão constitucional. Assim, a incidência da responsabilidade civil no âmbito do direito de família parte tem como base, origem, a Constituição, de forma que a sua relevância, além de ímpar, tem status de direito fundamental e, como tal merece a devida aplicação, quando for o caso.

Segundo Sergio Cavalieri Filho, no anseio de buscar a obrigação do causador do dano à devida reparação tem como inspiração o mais elementar sentimento de justiça. De sorte que, existindo dano causado pelo ato ilícito, há rompimento do equilíbrio jurídico econômico que existia antes, entre agente e a vítima. Existe uma necessidade fundamental de ser restabelecido o anterior equilíbrio, recolocando-se no *statu quo ante*. Imperativo é o princípio da *restitutio in integrum*, ou seja, o mais perto possível, repor a vítima ao estado anterior ao dano causado, pois, segundo o mestre aqui referido, “indenizar pela metade é responsabilizar a vítima pelo resto; limitar a reparação é impor à vítima que

*suporte o resto dos prejuízos não indenizados”.*<sup>2</sup>

Trazendo a responsabilidade civil para a Constituição Federal, o artigo 5º, caput, da Constituição Federal,<sup>3</sup> de forma expressa e como antes referido, garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país o exercício dos direitos e garantias fundamentais, e sem distinção de qualquer natureza. Portanto, entre outros aspectos e dirigindo-se à possibilidade de incidência da responsabilidade civil no campo do direito de família, o intérprete deve ter, de forma a utilizar como parâmetro, o princípio da igualdade, na consideração dos direitos fundamentais.<sup>4</sup> Continuando, nos casos de violação da integridade pessoal do lesado, quanto ao aspecto moral, a Constituição Federal prevê a indenização como direito fundamental.<sup>5</sup>

Carlos Roberto Gonçalves afirma que a doutrina de modo geral, entende que a enumeração das hipóteses previstas na Constituição Federal, no tocante aos bens lesados e a configuração do dano imaterial, sejam de forma exemplificativa. Por outro lado, alerta que o julgador não deve se afastar das diretrizes lá traçadas. O fundamental é que, caso contrário, o dano extrapatrimonial considerará pequenos incômodos e desprazeres, que todos, em razão de uma vida em sociedade, devem suportar<sup>6</sup>.

Dessa maneira, a Constituição impõe à família o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, condições plenas para o seu desenvolvimento, através da garantia de alguns direitos fundamentais, dentre os quais, o direito à convivência familiar. E esta convivência implica em presença, cuidado, em assistência material e moral. Significa, pois, ser pai e/ou mãe, no profundo sentido da palavra.

O artigo 229 da Carta Magna deixa ainda mais claro o tom das relações

---

<sup>2</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade Civil*. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.79

<sup>3</sup> transcrever o artigo 5, caput

<sup>4</sup> BERNARDI, Silvia, Waltrick. *Constituição Federal comentada*. In: JANCZESKI, Célio Armando (Coord). Curitiba: Juruá, p. 48.

<sup>5</sup> Transcrever art. 5, ver pg. 29

<sup>6</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro, v.4: responsabilidade civil*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.385.

parentais na contemporaneidade, afirmando que: “*Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade*”<sup>7</sup>.

Trata-se, de dever recíproco entre pais e filhos, que tem como fundamento o princípios da solidariedade familiar. No contexto deste estudo, tratar-se-á apenas do dever dos pais em relação aos filhos, tendo como foco o dever de cuidado e convivência parental.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece no artigo 22 que: “*Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais*”<sup>8</sup>.

O que se percebe é que tanto a Constituição como o Estatuto da Criança e do Adolescente abordam a perspectiva dos deveres parentais, sendo estes, conforme Jones Figueiredo Alves, “*deveres inerentes que o vínculo biológico e/ou a afetividade sobressaem impor e, sobretudo deveres de cuidados de assistência moral impostos pela própria natureza da assistência devida e inafastável*”. Assim, segue o autor afirmando que tais deveres “*colocam atualmente a relação entre pais e filhos como uma relação juridicamente pautada por obrigações inquebrantáveis*”<sup>9</sup>.

Desse modo, não basta apenas o provimento da assistência material, é necessário também que os pais prestem a devida assistência moral aos seus filhos, que implica, pois, em cuidado, convivência, educação, afeto.

Assim, o que a doutrina passou a chamar de abandono afetivo “*nada mais é do que o inadimplemento dos deveres jurídicos da paternidade [...]*”. Por isso, afirma Paulo Lôbo, “*seria possível considerar a possibilidade de responsabilidade*

---

<sup>7</sup> BRASIL.Constituição Federal(1988). Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643830/artigo-229-da-constituicao-federal-de-1988>

<sup>8</sup> BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente(1990) – Lei 8.009/90. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617843/artigo-22-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>

<sup>9</sup> ALVES, Jones Figueiredo. Abandono Afetivo – decisão comentada. Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, v.35, p.98, ago./set. 2013.

*civil, para quem descumpre o múnus inerente ao poder familiar*<sup>10</sup>.

Podemos concluir, então, quando há situação que viole determinado dever jurídico, resta configurado o ilícito e, como regra, gera, para aquele que o violou, um novo dever jurídico, qual seja, o de reparar o dano seja ele material ou moral.

Em se tratando de direito de família a função da responsabilidade civil, no anseio de obrigar o causador do dano à devida reparação tem como fonte de inspiração o que Sergio Cavalieri filho chama de o mais elementar sentimento de justiça. O referido dano causado pelo ilícito faz com que seja rompido o equilíbrio jurídico econômico que existia antes entre agente e vítima, de tal sorte que surge, então uma fundamental necessidade de se restabelecer o referido equilíbrio, procurando-se colocar o prejudicado no denominado status quo ante<sup>11</sup>.

## **O DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CONVIVÊNCIA PARENTAL E A CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA**

As relações familiares, têm sido alvo de profundas transformações nas últimas décadas. Para o direito brasileiro, sobretudo a partir do processo de constitucionalização do direito civil vivenciado com a promulgação da Carta de 1988, essas mudanças implicaram na perda do caráter institucional da família, que passou a ser compreendida como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de seus membros, efetivando assim o princípio da dignidade da pessoa humana.

No entanto, para que de fato a família possa se tornar este espaço, a Constituição estabeleceu para seus integrantes o exercício de determinados deveres jurídicos. Deste modo, tanto nas relações parentais, a inobservância desses deveres constituem verdadeiros ilícitos civis, cuja reprovação pode ocorrer pela via da reparação civil.

As relações parentais são hoje regidas pelos princípios constitucionais

---

<sup>10</sup> LÔBO, Paulo. Direito civil – famílias. São Paulo: Saraiva, 2008. P.285

<sup>11</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 8. Ed. São Paulo:Atlas, 2013, p.13.

conformadores do Direito de Família, quais sejam, o princípio da dignidade humana, da solidariedade, da igualdade, da liberdade ou da intervenção mínima do Estado de Família, da afetividade, da convivência familiar e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Pois bem, esses princípios impõem aos membros de uma família uma série de direitos-deveres, que devem ser exercidos de modo a garantir a plena efetividade da dignidade de todos aqueles que participam das relações familiares. Deveres que inobservados, constituem-se em verdadeiros ilícitos civis passíveis, portanto, de sanção. É o que leciona Felipe Peixoto Braga Netto:

Amplia-se, assim, o espectro dos ilícitos civis, com a possibilidade que eles defluam da violação a princípios, sem a tipologia fechada que caracteriza o direito penal. Sustenta-se que os ilícitos civis são abertos, no sentido de que princípios, e não apenas regras, podem servir de base material para sua configuração<sup>12</sup>.

Hoje não há mais dúvidas de que os deveres parentais se constituem em verdadeiros deveres jurídicos, cuja observância é imposta pelo ordenamento. Deste modo, a questão que se coloca agora é a respeito das consequências para o descumprimento desses deveres.

Nesse sentido, a alternativa sancionatória pensada para essas situações passou a ser a responsabilidade civil, possibilitando, através da indenização, tanto a punição do violador da norma, como a compensação da vítima pelo dano sofrido. De acordo com Eliene Ferreira Bastos, o que caracteriza a *“responsabilidade civil por parte do pai ou da mãe, não guardião do filho, é a conduta omissiva de abandono a gerar dano injusto”*<sup>13</sup>.

Estabelecida a possibilidade de responsabilização civil do genitor faltoso, resta discutir os contornos dessa responsabilidade. Podemos dizer que trata-se

---

<sup>12</sup> BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Completar

<sup>13</sup> BASTOS, Eliene Ferreira; LUZ

de responsabilidade subjetiva, uma vez que é preciso verificar a culpabilidade na conduta do genitor que viola o dever de convivência. E, mais, esse descumprimento do dever de convivência pelo genitor provoca no filho “abandonado” um dano de natureza extrapatrimonial ou existencial, que pode também ter repercussões de natureza patrimonial. De toda sorte, estabelecido o dano, é preciso constatar ainda a presença dos demais elementos da responsabilidade civil subjetiva, quais sejam, a conduta culposa e o nexo de causalidade.

Além da verificação do dano, é preciso também comprovar que o agente agiu de maneira culposa. A culpa nas relações familiares ocorre justamente quando há negligência de um dos pais quanto aos deveres decorrentes do dever familiar. Comprovada a culpa do agente e o dano da vítima, é preciso ainda se estabelecer um liame entre um e outro, ou seja, é necessário demonstrar a existência de nexo de causalidade entre o dano e a conduta.

## **INDENIZAÇÃO POR ABANDONO PARENTAL: O VALOR DO AMOR**

O abandono afetivo não é novidade no meio jurídico. A sua existência é constantemente analisada em hipóteses de destituição familiar, a mais grave pena civil a ser imputada a famílias flagrantemente desestruturadas. Nesses casos extremos, sem qualquer possibilidade de conciliação que resguarde os direitos da criança, temos a ausência de afeto como parte de um conjunto de males causadores de verdadeira tortura ao filho abandonado.

Sendo assim, cabe aqui o questionamento feito inicialmente: é possível estabelecer um valor de natureza pecuniária para suprir determinadas ausências afetivas dos familiares? Como determinar os limites entre o dano afetivo real e um mero jogo de interesses?

Sobre o assunto, salienta HIRONAKA (2006):



O que produzirá o liame necessário – nexó de causalidade essencial para a ocorrência da responsabilidade civil por abandono afetivo deverá ser a consequência nefasta e prejudicial que se produzirá na esfera subjetiva, íntima e moral do filho, pelo fato desse abandono perpetrado culposamente por seu pai, o que resultou em dano para a ordem psíquica daquele.

Neste sentido, a indenização nos casos de abandono afetivo deve não apenas compensar o dano sofrido pelo filho, mas também deve demonstrar a reprovabilidade social da conduta do genitor faltoso, bem como inibir comportamentos semelhantes, sendo este último ponto talvez o mais importante. Conforme Pereira, “ o que se quer alcançar é o caráter pedagógico, para que se possa cumprir deveres éticos, voltados para o futuro, assegurando a proteção daqueles carecedores de especial proteção”<sup>14</sup>.

E é preciso que se diga que não se trata de monetarizar o afeto, como equivocadamente vem sendo dito pela doutrina e até mesmo em algumas decisões judiciais. A indenização neste campo assume caráter compensatório, pois é certo que a *“quantia arbitrada a esse título tem valor simbólico, pois não há dinheiro que pague o abandono afetivo. Trata-se de compensação, não de ressarcimento”*<sup>15</sup>.

Por outro lado, um dos principais argumentos levantados contra a possibilidade de indenização por abandono afetivo é de que a propositura da ação de reparação civil afetaria ainda mais a relação paterno-filial, podendo resultar em maior afastamento entre os sujeitos envolvidos.

É preciso que se diga, pois, que não se discute aqui obrigação de amar ou dar afeto, porque se trata de questão fora dos alcances do Direito. A discussão ora trazida diz respeito ao cumprimento de deveres instituídos por normas

---

<sup>14</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 248.

<sup>15</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 249.

jurídicas, quais sejam o dever de cuidado e de convivência <sup>16</sup>, cujo o descumprimento caracteriza a prática de ato ilícito.

No entanto, a partir do momento que o judiciário ultrapassa os limites das relações entre familiares, adentrando em questões relacionadas ao sentimento, torna-se abusivo, perigoso e põe em risco as relações que não são de sua competência. Não há como quantificar a ausência afetiva e compensá-la por meio de uma indenização de natureza monetária. O amor é resultado de algo alheio ao nosso entendimento, e não da coação.

## **O POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Embora haja no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da imunidade da responsabilidade civil nas relações familiares, não se pode deixar de notar que o Judiciário está rompendo com esse princípio tendo em vista várias decisões que admitem o arbitramento de pecúnia para ressarcir dano moral. Essa responsabilidade civil busca tratar da ideia de dano que atente contra o estado de família, que é visto como atributo da personalidade. Ou seja, visa o ilícito contra a família, o qual cause dor moral e necessite ser compensado mediante indenização.<sup>17</sup>

As demandas judiciais buscando a indenização por abandono parental são relativamente recentes no cenário jurídico brasileiro.

Os primeiros processos com essa temática são do início dos anos 2000 (dois mil). A primeira oportunidade em que o Superior Tribunal de Justiça se posicionou acerca desta temática, foi no voto do Ministro Fernando Gonçalves, relator do recurso especial nº 757.411-MG (2005/0085464-3), em 2005.

Entretanto, a mais famosa e importante decisão existente sobre o tema, foi

---

<sup>16</sup> ALVES, Jones Fiqueredo. Abandono Afetivo – decisão comentada. Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, v.35, p. 111, ago./set. 2013.

<sup>17</sup> ALVES, A. J. P. *O preço do amor: a indenização por abandono afetivo parental*.

proferida no STJ, no dia 24 de abril de 2012, no julgamento do Recurso Especial 1.159. 242-SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, e posteriormente confirmada em 2014 por decisão da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de embargos de divergência, que trouxe inovações ao ordenamento jurídico brasileiro, ao entender cabível a indenização, a título de dano imaterial, no caso de abandono afetivo. O julgado teve grande repercussão na mídia e sociedade, como não poderia deixar de ser, pois reconheceu o afeto como valor jurídico e concedeu à indenização à filha em decorrência do abandono afetivo por parte do pai.

Ressaltamos que a decisão da nobre Ministra, manteve a condenação do pai ao pagamento de quantia por danos extraprimoniais à filha em decorrência do abandono afetivo, foi criteriosa e pontual, vejamos:

“O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como observa do artigo 227 da CF/88. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque, *non facere*, que atinge um bem juridicamente tutelado, necessário dever de criação, educação, companhia e cuidado. A falta dessa convivência, importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono afetivo.

Analisando o voto da Ministra Nancy Andrighi, percebemos que amar é algo subjetivo, que não se pode mensurar, mas o dever de cuidado encontra-se inserido no contexto de assistência moral, esta sim, possível de ser mensurada e quando descumprida gera dano imaterial.

Sobre o dever de cuidado, ressaltou a Relatora que o cuidado é um fator essencial à criação e formação de um adulto com integridade física e psicológica, capaz de ter um convívio saudável com a sociedade. Assim, teria sido inserido no

nosso ordenamento jurídico pela Carta Magna em seu artigo 227.

Outrossim, destacou a Ministra que não se estava discutindo o amor e sim a imposição legal do dever de cuidado, que é dever jurídico, corolário da liberdade de gerar ou adotar filhos. Em suas palavras:

“O amor diz respeito à motivação, questão que refoge os lindes legais, situando-se, pela sua subjetividade e impossibilidade de precisa materialização, no universo meta-jurídico da filosofia, da psicologia ou da religião.

O cuidado, distintamente, é tísado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações concretas: presença; contatos, mesmo que não presenciais; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem –, entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes.

Em suma, amar é faculdade, cuidar é dever.”<sup>18</sup>

Dessa maneira, a violação do dever de cuidado, pela omissão do agente, atinge o bem jurídico tutelado e faz surgir o ilícito civil, capaz de gerar o dever de indenizar. Cabe, assim, ao julgador ponderar as situações fáticas para averiguar se foram cumpridos os deveres mínimos de cuidados parentais para ser assegurada a adequada formação psicológica e inserção social.

Por fim, cumpre informar, que o pai que foi condenado a reparar a filha em R\$ 200 mil reais por abandono afetivo, no REsp nº 1159242/SP, apresentou embargos de divergência alegando que esta última decisão contraria a decisão proferida pela Quarta Turma em 2005. Conforme supramencionado, em abril de 2014, sob a relatoria do Ministro Marco Buzzi, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por maioria dos votos (cinco a quatro), rejeitou o cabimento

---

<sup>18</sup> STJ, Recurso Especial Nº 1.159.242-SP, Min. Rel. Nancy Andrighi, Brasília.

de embargos de divergência opostos e manteve a condenação de reparação ao dano causado à filha.

Contudo, ao contrário do que se esperava o julgamento não serviu como meio de uniformização da jurisprudência, pois os Ministros consideraram que os casos traziam fatos peculiares e conflitantes entre si que não permitiam que fosse feita uma comparação para fins de uniformização.

Cabe ressaltar, que os ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recomendaram ‘muita prudência’ aos magistrados de todo o País quando julgarem casos de abandono afetivo. O alerta foi dado na análise de recurso especial por meio do qual uma filha tentou, junto à Corte, receber indenização do pai porque considera que ele não cumpriu a obrigação paterna de cuidado e de afeto, o que caracteriza o abandono afetivo. Ela buscava a compensação econômica alegando ter sofrido danos morais.

Ao negarem o recurso, os ministros alertaram para ‘a complexidade das relações familiares e que o reconhecimento do dano moral por abandono afetivo é uma situação excepcionalíssima, por isso é preciso prudência do julgador na análise dos requisitos necessários à responsabilidade civil’. Para os ministros, *‘é preciso evitar que o Poder Judiciário seja transformado numa indústria indenizatória’*.

## CONCLUSÃO

Diante do rol de informações e opiniões que nesse foram expostos, chega-se a conclusão que a questão da indenização por abandono afetivo é um assunto que aos poucos vem ganhando espaço e merece ser muito questionado e debatido no direito de família, que por sua vez, é bastante questionável quando se fala em incidência de responsabilidade civil, pois os defensores da paz familiar afirmam que não é permitida tal penalidade, já que não se fala no ato ilícito passível de responsabilidade dos artigos 186 e 927 do Código Civil.

É notório que a indenização por abandono efetivo não realiza a sua função social e tampouco apresenta uma finalidade positiva e construtiva em sua aplicação. A relação afetiva deverá ser fruto de aproximação espontânea, cultivada reciprocamente, e não de força judicial. E ainda assim, após o processo, poderá se estabelecer uma barreira ainda maior entre pai e filho, anulando completamente qualquer tentativa futura de reconciliação.

A indenização deve ser vista como medida extrema, onde o dano de natureza grave é sanado através da pecúnia. A aplicação desse método exageradamente poderá levar à desvalorização da ciência jurídica ao simples mercantilismo. Se for utilizada com parcimônia e bom senso, sem ser usada como fonte de lucro fácil ou como meio de vingança entre os pais e filhos, poderá converter-se em um instrumento de extrema importância para a configuração de um Direito de Família mais adequado à realidade que se afigura.

Neste cenário de múltiplas discussões apenas confirma que a questão do cumprimento dos deveres parentais está na pauta do dia e ainda demanda soluções que possam contribuir para melhor efetividade dos preceitos constitucionais com relação à proteção dos filhos. Neste trabalho, procurou-se situar esses deveres parentais, especialmente o dever de convivência, como deveres juridicamente impostos, de modo que o seu descumprimento configure um verdadeiro ilícito civil, passível, pois de reparação.

Com esse caminho, a intenção é evitar que o tema seja tratado simplesmente no plano da afetividade, o que levou o Judiciário em tantos casos a afastar o direito dos filhos abandonados imaterialmente por seu pai, sob o argumento de que não há obrigação jurídica de amar ou dar afeto, pois a obrigação jurídica existente reside no campo dos deveres parentais, sobretudo de cuidado e convivência, que implica em assistência moral, educacional, presença – elementos indispensáveis ao bom desenvolvimento dos filhos.

## **REFERÊNCIAS**

BASTOS, Eliane Ferreira. LUZ, Antônio Fernandes da. **Família e jurisdição II**. Belo

Horizonte: Del Rey, 2008. v. II, p. 70.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça, **Recurso Especial no. 1.159.242/SP**, 3a Turma, Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília. 24/04/2012.

BERNARDI, Silvia, Waltrick. **Constituição Federal Comentada**. In: JANCZESKI, Célio Armando (Coord). Curitiba: Juruá, p. 48.

CANEZIN, Claudete Carvalho. **Da reparação do dano existencial ao filho decorrente do abandono paterno-filial**. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre, v. 8, n. 36, p.71-87, jul. 2006.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p.76.

COSTA, Maria Isabel Pereira da Costa. **Família: do autoritarismo ao afeto. Como e a quem indenizar?** Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.1, ago. 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direitos das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 4o ed. p.382.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de Família Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4o ed. v.6, p.01.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Os contornos jurídicos da responsabilidade afetiva na relação entre pais e filhos: além da obrigação legal de caráter material**. Repertório de Jurisprudência IOB. [S.l.], v. 3. n, 18, p. 568, set. 2006.

ALVES, A. J. P. O preço do amor: a indenização por abandono afetivo parental.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil**. Revista Direito, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, v.9, n.29, jul./dez. 2006.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil comentado**. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 454-455.

PONTES DE MIRANDA; Francisco Cavalcante. **Tratado de Direito de família, v.1, Direito matrimonial**. ALVES, Vilson Rodrigues (Atual). Campinas: Bookseller, 2013, p.75.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. São Paulo: AIDE, v. III, 1994. p. 369.

SCHUH, Lizete Peixoto Xavier. **Responsabilidade civil por abandono afetivo: a valoração do elo perdido ou não consentido.** Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, ano 8, n.35, p.71-78, maio. 2006.